



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PARECER CONTROLE INTERNO Nº 035/2018

Processo: LICITAÇÃO 004/2018-CMS

Modalidade: LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM Nº 003/2018-CMS)

Unidade Requisitante: GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ.

RELATÓRIO

Solicitou a gerência administrativa – Abertura de Processo Licitatório da Câmara Municipal de SANTARÉM-PARÁ, em data de 26 de março de 2018, a autorização do Excelentíssimo Senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, para abertura de Processo Licitatório para A AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, processo realizado conforme ART. 38 e DA LEI 8.666/93. À vista da necessidade comprovada da referida licitação, para a contratação acima especificada, ao Excelentíssimo Senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, autorizou a abertura do Processo Licitatório requerido, recebendo o processo autuação, protocolo e sendo numerado sob o nº 004/2018-CMS.

Face a autorização e autuação do Processo Licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM e, uma vez elaborado o processo licitatório, regulando as normas e procedimentos a serem observados para realização da referenciada Licitação, obedecendo ao disposto no art. 38, parágrafo único, da lei n.º 8.666/93, vieram os autos do Processo de Licitação já constando Parecer favorável do setor jurídico da Comissão Permanente de Licitação, não constando o parecer da COORDENADORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, conclusos ao CONTROLE INTERNO da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ, para PARECER.

EXAME

Observa-se que o Processo Licitatório em questão objetiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM -PARÁ, processo realizado conforme a Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Por outro lado, autorizado e autuado o Processo Licitatório, deuse a confecção e elaboração e junção de todos os documentos e procedimentos necessários para a realização deste, que nos termos do art. 38 e ss da Lei n.º 8.666/93, dita as regras e procedimentos a serem adotados pela Administração e observados pelos Licitantes para a realização da Licitação.

Analisando os documentos e procedimentos constantes do Processo Licitatório, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pela Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002, segundo o art. 38 e ss da Lei 8.666/93 e outros atinentes ao caso *sub examine*.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM – PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ (PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018, PROCESSO N.º 004/2018) processo realizado conforme ART. 38 e ss DA LEI 8.666/93 observadas as normas estatuídas pela Lei n.º 8.666/93 E 10.520/2002.

Presente os requisitos indispensáveis à realização de Processo Licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM, RATIFICO, para os fins de mister, o procedimento licitatório *sub examine* de n.º 004/2018-CMS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ (PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018, PROCESSO N.º 004/2018) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ– processo realizado conforme ART. 38 e ss, DA LEI 8.666/93 e 10.520/2002.

Sem mais, é o parecer da Unidade de Controle Interno.

Santarém – PA, 08 de agosto de 2018.

Damião José Bandeira do Nascimento
Controlador Interno

Portaria 035/2018 – DAF-GRH – Gabinete da Presidência



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PARECER Nº 035/2018

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 – MENOR PREÇO POR ITEM - CMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PASSEIO, CAMINHONTE, MICRO-ÔNIBUS, VAN E LANCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ (PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018, PROCESSO Nº 004/2018) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM-PARÁ.

1. RELATÓRIO DO PROCESSO

<u>ITENS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>
O processo foi autuado, e autorizado pelo ordenador de despesas?	Sim, Fls. 019 e 020	Art. 38 da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, art. 3º, I e III, e Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 8º, III, “b” e art. 21, I
As folhas estão numeradas em ordem seqüencial, sem rasura ou emissão de letras para complementação de numeração.	As Fls. Estão numeradas de 001 a 317. Tem rasuras nas Fls. 087,239,270,271,272, 273,275,276,277,282 e 283	Art. 38 da Lei 8.666/93
Existe Termo de Referência com a média de preços, assinado pela autoridade competente?	Sim, dentro do projeto básico, fls. 021 a 028.	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, Art. 8º
Demonstrativo da Reserva Orçamentária	Sim, Fl.021 a 022 e 057 a 062.	Art. 38 caput da Lei 8.666/93
Consta a designação do pregoeiro e da equipe de apoio no processo?	Não, Necessário juntada ao processo.	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, VI



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Consta o Edital e anexos?	Sim, Fls. 043 ss	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, VIII e, art. 38, I da lei nº 8.666/93
Consta a minuta do contrato, no processo?	Sim, Fls. 063 a 074	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, IX
Consta parecer jurídico aprovando as minutas do edital e do contrato no processo?	Sim, Fls. 030 a 038.	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, VII e, art. 38, parágrafo único da lei nº 8.666/93
Consta comprovantes das publicações do edital resumido?	Sim, Fls. 039ss.	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, XII e, art. 38, II da lei nº 8.666/93
Foi respeitado o prazo de 8 dias úteis entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a realização do evento?	Sim	Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02
Constam no processo os documentos necessários à habilitação?	Sim.	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, X e, art. 38, XII combinado com o art. 32 da lei nº 8.666/93
Constam os originais das propostas escritas no processo?	Sim, Fls. 134 a 149 ss	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, X
Consta do processo a ata da sessão do pregão, com os lances?	Sim, Fls. 265 a 283	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, XI
Constam os atos de adjudicação e homologação do objeto da licitação no processo e estão devidamente assinados?	Sim. Fl. 287/288	Art. 38, VII da lei nº 8.666/93
Consta o comprovante da divulgação do resultado?	Sim, Fls. 289 a 291	Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, XII
EDITAL		
Consta no preâmbulo do edital o número de ordem em série anual, repartição	Sim, Fl. 043	Art. 40, caput da Lei nº 8.666/93



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

interessada e a modalidade de licitação?		
Está claro se o julgamento será feito por item, pelo menor preço global ou Maior Desconto?	Sim, Fl. 043, Menor preço por item.	Art. 40, caput combinado com art. 40, VII da Lei n 8.666/93
OBJETO		
O edital define o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara?	Sim, Fl. 043	Art. 40, I da Lei n 8.666/93
O edital estabeleceu o fornecimento de materiais e serviços com previsão de quantidade?	Sim. Execução por Item.	Art. 7º, §4º da Lei 8.666/93
HABILITAÇÃO		
O edital define condições para participação na licitação (habilitação) e a forma de apresentação das propostas?	Sim	Art. 40, VI da Lei n 8.666/93
Foi solicitado o registro comercial, no caso de empresa individual, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de seus administradores e a inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria e exercício?	Sim	Art. 28, II, III, IV da Lei n 8.666/93
Foi solicitada prova de inscrição no Cadastro de	Sim	Art. 29, I e II da Lei nº 8.666/93



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ) e prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual?		
Foi solicitada, conforme o caso, prova de regularidade para a Fazenda Federal (certidão negativas – Dívida Ativa/PFN e Tributos Administrados pela Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei e prova de regularidade relativa ao FGTS?	Sim	Art. 29, III, IV da Lei 8.666/93 e art. 195, § 3º da CF.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA Foi comprovada a qualificação técnica e Qualificação Econômico-Financeiro de acordo com o edital?	Sim	Art. 30, 31 da lei 8.666/93
Edital exige o cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da CF?	Sim	Art. 27, V da Lei 8.666/93
JULGAMENTO		
O edital define o critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos?	Sim	Art. 40, VII da Lei 8.666/93



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS		
O Edital fixa condições de pagamento?	Sim	Art. 40, XIV da Lei 8.666/93
DISPOSIÇÕES GERAIS		
Houve recursos? Existe respostas para os recursos interpostos?	Não.	Art. 40, XV da Lei 8.666/93

2. RELATÓRIOS DOS CONTRATOS – CMS

Nº 016/2018

<u>ITENS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FUNDAMENTO LEGAL</u>
Matéria	Firmado J.B.S.COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	Art. 54 da Lei 8.666/93
Valor Global	R\$ 64.700,00 (sessenta e quatro mil e setecentos)	Art. 55, III da Lei 8.666/93
O contrato está assinado pelas partes e testemunhas devidamente identificadas?	Não. Apenas das partes, necessário as assinaturas das testemunhas.	Art. 64 da Lei 8.666/93
Consta todas as cláusulas necessárias no contrato?	Sim	Art. 55 da Lei 8.666/93
O objeto está detalhado? Consta forma de execução?	Sim. Fl.294.	Art. 55 da Lei 8.666/93
Consta a indicação do Responsável pela fiscalização	Sim. Fl. 300.Servidor Sandro Tár cito da Costa Lopes.	Art. 67 da Lei 8.666/93
O preço está compatível com o valor estimado informado no processo que deu origem ao contrato?	sim	Art. 55, III da Lei 8.666/93
Consta prazo de vigência do contrato?	Sim. Fl. 295.	Art. 57 §3º da Lei 8.666/93



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

O contrato prevê aditamento?	Sim.Fl.300.	Art. 57 §1º da Lei 8.666/93
Consta comprovante de publicação do extrato de contrato, a qual deverá ser feita até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, ou seja, no prazo de 20 dias?	Sim. Fl. 302 e 303..	Dec. Nº 3.555/00, Anexo I, Art. 21, XII, Art. 61 parágrafo único da Lei 8.666/93 e Art. 37 caput da CF/88

Nº 017/2018

<u>ITENS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FUNDAMENTO LEGAL</u>
Matéria	Firmado JPJ VEÍCULOS EIRELLI - EPP	Art. 54 da Lei 8.666/93
Valor Global	R\$ 51.510,00 (cinquenta e um mil quinhentos e dez reais)	Art. 55, III da Lei 8.666/93
O contrato está assinado pelas partes e testemunhas devidamente identificadas?	Não. Apenas das partes, necessário as assinaturas das testemunhas.	Art. 64 da Lei 8.666/93
Consta todas as cláusulas necessárias no contrato?	Sim	Art. 55 da Lei 8.666/93
O objeto está detalhado? Consta forma de execução?	Sim. Fl.306.	Art. 55 da Lei 8.666/93
Consta a indicação do Responsável pela fiscalização	Sim. Fl. 312.Servidor Sandro Tár cito da Costa Lopes.	Art. 67 da Lei 8.666/93
O preço está compatível com o valor estimado informado no processo que deu origem ao contrato?	sim	Art. 55, III da Lei 8.666/93
Consta prazo de vigência do contrato?	Sim. Fl. 307.	Art. 57 §3º da Lei 8.666/93
O contrato prevê aditamento?	Sim.Fl.312.	Art. 57 §1º da Lei 8.666/93



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-290 - SANTARÉM-PARÁ

CNPJ nº 10.219.202/0001-82



CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Consta comprovante de publicação do extrato de contrato, a qual deverá ser feita até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, ou seja, no prazo de 20 dias?	Sim. Fl. 314 e 315..	Dec. Nº 3.555/00, Anexo I, Art. 21, XII, Art. 61 parágrafo único da Lei 8.666/93 e Art. 37 caput da CF/88
--	----------------------	---

PARECER

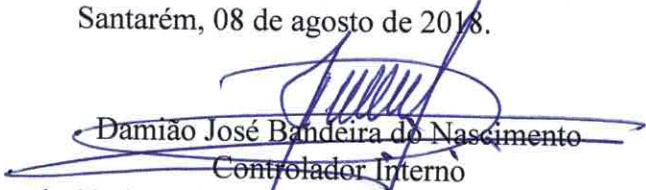
Constatou-se que o processo, salvo melhor juízo, apresenta falhas sanáveis. Ressalvamos as questões suscitadas pelo parecer jurídico do setor de licitações, devendo a PROJUR emitir o parecer referente as questões jurídicas do contrato. Ainda, as recomendações aqui apontadas deverão ser observadas pelo servidor competente, bem como pelo fiscal do contrato.

Importante salientar, é imperioso a recomendação do Controle Interno que o processo seja encaminhado a PROJUR para parecer técnico-legislativo final, não somente da análise do edital e anexos e propostas, mas também dos Contratos, em função do Preço Global do contrato, em razão do importe contratado. Após o expediente, seja remetido, caso seja necessário, a este setor para parecer final.

Cumprindo ainda dizer, esta Controladoria RECOMENDA a Comissão de Licitação em razão dos últimos acontecimentos noticiados, auditoria para apurar possíveis irregularidades no setor de Licitação.

Ainda, recomenda a implantação de PREGÃO ELETRÔNICO NAS LICITAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA CMS com o fito de evidenciar maior transparência e efetividade ao certame.

Santarém, 08 de agosto de 2018.


Damião José Bandeira do Nascimento
Controlador Interno

Portaria 035/2018 – DAF-GRH – Gabinete da Presidência.